

O DEBATE ENVIESADO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

DADOS E REFLEXÕES QUE MOSTRAM A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL E QUE É POSSIVEL REFORÇAR AINDA MAIS A SUA SUSTENTABILIDADE E CAPACIDADE PARA MELHORAR AS PENSÕES

EUGÉNIO ROSA

Economista

edr2@netcabo.pt

www.eugeniorosa.com

UM DEBATE “NACIONAL” ENVIESADO EM QUE É DADA PALAVRA APENAS AOS QUE DEFENDEM A PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

- Começa-se de novo a assistir a um debate “nacional” que visa pôr em causa a sustentabilidade da Segurança Social, para justificar a sua privatização.
- O primeiro a fazê-lo foi o semanário Expresso que, em parceria com o Banco Popular e a seguradora Eurovida, o que esclarece logo os objetivos dos seus promotores, organizou uma conferência no Mercado da Ribeira em 17.5.2016, onde, como escreveu o semanário se falou da “insustentabilidade do sistema público de pensões e o papel dos privados e dos planos complementares de poupança para a reforma”, cujas conclusões depois serviram para alimentar grandes peças jornalísticas publicadas nas edições seguintes (21.5;28.5). Como o próprio Expresso afirma, tudo isto se insere num projeto que se prolonga por todo o ano de 2016, que inclui também um simulador para calcular a pensão.
- Para que as conclusões da conferência fossem as desejadas pelos seus promotores – insustentabilidade da Segurança Social – os ditos “especialistas” foram selecionados de forma que só existissem opiniões que defendem que o atual sistema é insustentável, eliminando o contraditório, e muitos dos “especialistas” convidados defendem mesmo a sua privatização, como Pedro Mota Soares, Ribeiro Mendes, Margarida Aguiar, Correia Campos (os “democratas do centrão” em força).
- Curiosamente o Conselho Económico Social, um órgão dito tripartido, organizou também para o dia 22.6.2016 uma conferência sobre “A sustentabilidade da Segurança Social” em que será apresentado um estudo cujo autor é desconhecido como estuioso da Segurança Social e cujos principais comentadores são os conhecidos “especialistas” defensores da sua privatização (Jorge Bravo e Margarida Aguiar).

A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

- Os “slides” que a seguir se apresentam serviram de base a uma intervenção que fiz na conferencia realizada pela APRe, uma associação de reformados e aposentados, em 20.5.2016 no ISCTE, na qual procurei mostrar, remando contra a mensagem de “insustentabilidade” que querem fazer passar junto da opinião pública através do silenciamento de todas as opiniões contrárias, que a Segurança Social tem sido sustentável não só no contexto da atual crise mas fundamentalmente que é possível reforçar a sua sustentabilidade por meio de um conjunto de medidas exequíveis e com efeitos imediatos.
- E decidi divulgar os “slides” com objetivo de por à disposição de todos aqueles que estão interessados em defender a Segurança Social pública e universal, consagrada no artº 63º da nossa Constituição, dados e reflexões sintéticas que espero que sejam úteis (*um trabalho mais desenvolvido poderão encontrar no livro que publicamos na editora “pagina a página” em 2015 com o título “COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL E DA CGA”*)
- Finalmente queremos agradecer à APRe e, em particular, à sua presidente, a Dra. Maria do Rosário Gama, o convite que nos fez para podermos expor os resultados do nosso estudo e reflexões sobre a sustentabilidade da Segurança Social na conferencia “O FUTURO NÃO TEM IDADE”.



AS CLASSES COM RENDIMENTOS MAIS BAIXOS FORAM AS QUE SOFRERAM MAIS COM A VIOLÊNCIA DA POLITICA DE AUSTERIDADE (entre 2010 e 2014, os 10% mais pobres da população sofreram um corte de 18% no seu rendimento, enquanto os 10% mais ricos tiveram apenas um corte de 3,9%)

Rendimento médio por adulto equivalente – INE – 2007/2014

Decis do rendimento monetário disponível	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014-2007	2010-2014
1º	2.892 €	2.843 €	3.048 €	3.012 €	2.780 €	2.431 €	2.328 €	2.469 €	-14,6%	-18,0%
2º	4.443 €	4.636 €	4.821 €	4.725 €	4.651 €	4.419 €	4.276 €	4.402 €	-0,9%	-6,8%
3º	5.473 €	5.725 €	5.974 €	5.845 €	5.823 €	5.654 €	5.526 €	5.704 €	4,2%	-2,4%
4º	6.563 €	6.745 €	6.951 €	6.856 €	6.739 €	6.700 €	6.578 €	6.760 €	3,0%	-1,4%
5º	7.606 €	7.777 €	8.044 €	7.842 €	7.776 €	7.659 €	7.696 €	7.844 €	3,1%	0,0%
6º	8.790 €	8.832 €	9.333 €	9.008 €	8.888 €	8.786 €	8.847 €	8.988 €	2,3%	-0,2%
7º	10.162 €	10.246 €	10.762 €	10.489 €	10.240 €	10.180 €	10.161 €	10.329 €	1,6%	-1,5%
8º	12.242 €	12.192 €	12.671 €	12.422 €	12.134 €	12.008 €	12.096 €	12.137 €	-0,9%	-2,3%
9º	15.763 €	15.769 €	15.792 €	15.645 €	15.359 €	15.073 €	15.186 €	15.185 €	-3,7%	-2,9%
10º	28.888 €	29.101 €	27.902 €	28.162 €	27.861 €	26.048 €	25.827 €	26.127 €	-9,6%	-7,2%
Total	10.288 €	10.390 €	10.536 €	10.407 €	10.227 €	9.899 €	9.856 €	9.996 €	-2,8%	-3,9%
EU-SILC	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

SEGUNDO O INE O SISTEMA PÚBLICOS DE PENSÕES RETIRAM DO LIMIAR DA POBREZA 2,2 MILHÕES DE PORTUGUESES (passou de 4,9 milhões para 2,7 milhões) E AS PRESTAÇÕES SOCIAIS RETIRAM MAIS 716 MIL (passou de 2,7 milhões para 2 milhões de portugueses no limiar da pobreza)

Ano de referência dos dados	2011	2014	População abrangida
Limiar de risco de pobreza- Valor mensal (14 meses)	357 €	362 €	
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)			
Antes de qualquer transferência social	45,4%	47,8%	4.959.165
Após transferências relativas a pensões	25,3%	26,4%	2.738.953
Após transferências sociais	17,9%	19,5%	2.023.090

FONTE: EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento- INE - 2016

E ISTO APESAR DOS VALORES DAS PENSÕES SEREM MUITO BAIXOS, SE FOSSEM MAIS ELEVADAS MENOS PORTUGUESES ESTARIAM NO LIMIAR DA POBREZA: repartição dos pensionistas de velhice e invalidez por escalões de pensões do Regime Geral contributivo da Segurança Social em 2009 e 2014 - Situação não se alterou muito

ESCALÕES DE VALORES DAS PENSÕES	Pensionistas de velhice e invalidez por escalões		% do TOTAL		% Acumulada	
	2009	2014	2009	2014	2009	2013
Até 106,12 €	24.182	39.222	1,4%	2,1%	1,4%	2,1%
De 106,13 a 246,35€/259,35€	174.030	216.175	9,8%	11,4%	11,2%	13,5%
De 246,36 a 419,21€	1.177.070	1.146.520	66,5%	60,4%	77,7%	73,9%
De 419,22 a 628,82€	170.684	217.408	9,6%	11,5%	87,4%	85,3%
De 628,83 a 2.515,13€	213.438	263.276	12,1%	13,9%	99,4%	99,2%
De 2.515,14 a 5.549,33€	9.665	14.162	0,5%	0,7%	100,0%	100,0%
Superior a 5.549,34€	455	631	0,0%	0,0%		
TOTAL	1.769.524	1.897.394	100,0%	100,0%		

FONTE: Relatório e constas da Segurança Social - 2009-2014 - Parte II

O GOVERNO NÃO DESCONGELOU EM 2016 AS PENSÕES COMO CONSTA DA “POSIÇÃO COMUM” DOS PARTIDOS DA ESQUERDA, APENAS REPÔS A LEI 53-B/2006 QUE MANTEVE O CONGELAMENTO EM 2016 PARA PENSÕES > 629€, E AS INFERIORES FORAM AUMENTADAS APENAS EM 0,4% - em 2017 os aumentos serão também de miséria se a Lei 53-B/2016, que não permite a melhoria real das pensões, não for alterada

O QUE DISPÕE A LEI 53-B/2006 SOBRE ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES

Aumento das pensões quando o crescimento do PIB real é inferior a 2%

ESCALÕES PENSÕES	Até 628,83€	De 628,84€ -2515,32€	De 2515,33€ a 5030,46€
Varição do valor pensão	Igual IPC	IPC - 0,5 p.p.	IPC - 0,75 p.p.
2016 - Com IPC = 0,4%	0,4%	0,0%	0,0%
2017- Governo: Previsão IPC=1,2%	1,2%	0,8%	0,45%
2017- OCDE: Previsão IPC= 1%	1,0%	0,5%	0,25%
2017-BdP: Previsão IPC= 1,4%	1,4%	0,9%	0,65%
2017 - C.E. -Previsão: IPC=1,1%	1,1%	0,6%	0,35%

EM 2016, AS PENSÕES MÍNIMAS TIVERAM AUMENTOS DE MISÉRIA (99 cêntimos/mês = 3 cêntimos por dia) E AS PENSÕES DE VALOR SUPERIOR A 628,83€ MANTIVERAM-SE CONGELADAS (Desde 2010)

AUMENTO DAS PENSÕES MÍNIMAS NA SEGURANÇA SOCIAL EM 2016

TEMPO DE SERVIÇO (carreira contributiva)	Pensão em 2010	Pensão em 2015	Aumento da pensão entre 2010 e 2015	Pensão em 2016	Aumento mensal em 2016	Aumento diário em 2016
Inferior a 15 anos	246,64 €	261,95 €	15,31 €	263,00 €	1,05 €	0,04 €
De 15 a 20 anos	274,80 €	274,80 €	0,00 €	275,89 €	1,09 €	0,04 €
De 21 a 30 anos	303,20 €	303,20 €	0,00 €	304,44 €	1,24 €	0,04 €
De 31 e mais anos	379,00 €	379,00 €	0,00 €	380,56 €	1,56 €	0,05 €

AUMENTOS NAS PENSÕES MÍNIMAS NA CGA EM 2016

TEMPO DE SERVIÇO (carreira contributiva)	Pensão em 2010	Pensão em 2015	Aumento da pensão entre 2010 e 2015	Pensão em 2016	Aumento mensal em 2016	Aumento diário em 2016
De 5 a 12 anos	230,20 €	244,80 €	14,60 €	245,79 €	0,99 €	0,03 €
Mais de 12 até 18 anos	240,00 €	255,20 €	15,20 €	256,20 €	1,00 €	0,03 €
Mais de 18 e até aos 24 anos	272,80 €	272,80 €	0,00 €	273,87 €	1,07 €	0,04 €
Mais de 24 até aos 30 anos	305,30 €	305,30 €	0,00 €	306,47 €	1,17 €	0,04 €
Mais de 30 anos	404,40 €	404,40 €	0,00 €	406,06 €	1,66 €	0,06 €

FONTE: Portarias 1458/2009, Portaria 286-A/2014 e Portaria 65/2016

AUMENTO DAS PENSÕES DOS REGIMES NÃO CONTRIBUTIVOS EM 2016 QUE ABRANGE 230.000 PENSIONISTAS FOI APENAS DE 84 CÊNTIMOS/MÊS (3 cêntimos/dia)

TIPO DE PENSÃO	Pensão em 2010	Pensão em 2015	Aumento da pensão entre 2010 e 2015	Pensão em 2016	Aumento mensal em 2016	Aumento diário em 2016
Regime Não Contributivo (pensão social-velhice e invalidez)	189,50 €	201,50€	12,00 €	202,34 €	0,84 €	0,03 €
Regime Especial das Atividades Agrícolas (pensões de invalidez e velhice)	227,40 €	241,80€	14,40 €	242,79 €	0,99 €	0,03 €

FONTE: Portarias 1458/2009, Portaria 286-A/2014 e Portaria 65/2016

EM 2015 O SALDO GLOBAL POSITIVO DA SEGURANÇA SOCIAL FOI DE 1.028 MILHÕES € E, EM 2016, A PREVISÃO É DE 1.117 MILHÕES. MESMO DEDUZINDO AS TRANSFERÊNCIAS EXTRAORDINÁRIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO – 894 milhões € em 2015 e 653 milhões € em 2016 – E APESAR DA CRISE A SEGURANÇA SOCIAL TEVE SALDOS POSITIVOS (134 milhões € em 2015, e 464 milhões € em 2016)
Este quadro está na pág. 86 do Relatório do OE-2016 para quem o quiser consultar em www.dgo.pt

Quadro III.1.14. Principais Receitas e Despesas da Segurança Social (milhões de euros)

	Execução orçamental proviória 2015	OSS 2016	Variação absoluta OSS 2016 / Execução proviória 2015
1. RECEITAS CORRENTES	24 573,69	26 199,77	1 626,08
Contribuições e quotasções	14 041,65	14 844,66	803,04
Adicional ao IVA/Transferência do OE relativo a Iva Social	743,12	775,59	30,47
Transferência do OE (PES+ADCE) (*)	251,00	6,00	-245,00
Transferências do OE	7 113,28	7 234,56	121,30
Transferências do OE para cumprimento da LBS5	6 219,08	6 581,53	362,45
TIF extraordinária do OE p/financiamento do défice do SSS	894,20	653,05	-241,15
Transferências do OE AF/FCN	115,40	125,04	9,64
Transferências do OE Reg Subs Bancário	487,20	481,54	-5,66
Transferências do OE FOP/ANC		75	75
Transferências Adm. Central -outras entidades	316,60	310,71	-5,89
Transferências do IEF/PSE	2,00	2,00	0,00
Transferências do Fundo Social Europeu + FEAC	621,81	1 480,00	858,19
Outras receitas correntes	889,62	942,87	59,25
2. RECEITAS DE CAPITAL	17,35	16,17	-1,18
Transferências do Orçamento de Estado	1,55	2,00	0,45
Outras receitas de capital	15,80	14,17	-1,63
3. TOTAL DA RECEITA (1+2)	24 591,04	26 215,95	1 624,91
4. DESPESAS CORRENTES	23 834,38	25 088,89	1 254,51
Pensões	15 265,61	15 749,66	484,05
Sobrevivência	2 170,27	2 208,65	38,38
Invalidez	1 801,74	1 298,79	-502,95
Velhice	11 756,37	12 204,30	447,94
Beneficiários dos Antigos Combatentes	37,24	37,93	69
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário + BPN	487,58	481,85	-5,73
Subsídio de emprego e apoio ao emprego	1 760,40	1 608,37	-152,03
Subsídio por doença	452,57	397,63	-54,93
Abrigo Família	628,80	662,30	33,50
Rendimento Social de Inserção	287,35	355,04	67,69
Outras prestações	719,83	781,25	61,42
Complemento Solidário para Idosos	190,54	203,71	13,17
Ação social	1 653,60	1 772,44	118,83
Administração	279,11	313,81	34,71
Outras despesas correntes das quotas	1 127,98	1 172,55	44,57
Transferências e subsídios correntes das quotas	1 127,35	1 171,64	44,30
Ações de Formação Profissional das quotas	680,97	1 540,31	859,34
Com suporte no Fundo Social Europeu	613,50	1 415,27	801,78
5. DESPESAS DE CAPITAL	28,60	42,00	13,40
FIDUCIAR	1,96	2,00	0,04
Outras	27,24	40,00	12,76
6. TOTAL DA DESPESA (4+5)	23 862,98	25 130,89	1 267,91
7. Ativos financeiros líquidos de reembolso	-135,38	-499,07	-634,45
8. SALDO GLOBAL (3-6)	1 028,09	1 117,06	88,96

COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL - MEDIDA: um plano eficaz para cobrar a dívida – Em 2014 as dívidas à Segurança Social (*contribuições declaradas mas não recebidas*) já atingiam 10.293 milhões €, sendo 3.258 milhões € de descontos dos trabalhadores

DÍVIDA CRESCE 1.013 MILHÕES€/ANO E O GOVERNO NADA FAZ DE EFICAZ PARA A COBRAR

ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO - Milhões €		DÍVIDAS A CURTO PRAZO - Milhões €		TOTAL das dívidas à Segurança Social Milhões €	PROVISÕES para dívidas cobrança duvidosa Milhões €
	Contribuintes c/c/	Contribuintes cobrança duvidosa	Contribuintes c/c/	Contribuintes cobrança duvidosa		
2006			2.185	3	2.188	1
2007		2.087	681	107	2.874	2.003
2008	718	3.098	477	153	4.446	3.006
2009		4.170	397	359	4.925	4.108
2010		5.072	400	491	5.963	4.802
2011		3.408	3.466	269	7.143	3.402
2012	2.479	3.829	1.955	226	8.489	3.797
2012	2.560	4.348	2.695	317	9.920	4.396
2014	2.836	4.575	2.590	292	10.293	4.653

FONTE: Balanços da Segurança Social - Relatórios do OE- 2007/2016 - DGO-Ministério das Finanças

O PLANO-ENGANO DE COMBATE À “EVASÃO E FRAUDE” DE VIEIRA DA SILVA: – aumentar em 2016 a cobrança da dívida em mais (apenas) 50 milhões € e através da declaração oficiosa da remunerações e cobrar 51 milhões € de dívida(A DÍVIDA TEM AUMENTADO 1000M€/ANO, e seriam necessários 202 anos para cobrar a dívida que já existia em 2014) – Documento disponível no “site” do MTSS – É URGENTE SUBSTITUI-LO POR UM VERDADEIRO PLANO EFICAZ DE COBRANÇA DA DÍVIDA



O PLANO DE COMBATE À “EVASÃO E FRAUDE” DE VIEIRA DA SILVA PRETENDE CORTAR NA DESPESA COM PRESTAÇÕES SOCIAIS 100 MILHÕES €, TANTO COMO A COBRANÇA DA DÍVIDA E O COMBATE À FRAUDE DOS PATRÕES: “poupanças” de 100m€ através do corte de prestações obtidos com maior fiscalização (Prova de suficiência económica ou SVI). O corte no subsídio de doença – 60M€ - corresponde a 11% da despesa com este subsídio em 2015 - Do documento disponível no “site” do MTSSS



COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL- Estimativa de receita perdida pela Segurança Social devido ao desemprego: só em 2014 entre 3.300 Milhões € e 5.400 milhões/ano

MEDIDA: Reduzir o desemprego determinaria um aumento importante e imediato de receitas da Segurança Social

ANO	DESEMPREGO - INE			REMUNERAÇÕES MENSIS - segundo GEE do Ministério da Economia		CONTRIBUIÇÕES PERDIDAS PELA SEGURANÇA SOCIAL DEVIDO AO DESEMPREGO - Em milhões €			
	Desemprego oficial	Inativos disponíveis que não procuram emprego	DESEMPREGO TOTAL	Remuneração média base mensal (RMBM)	Ganho médio mensal (GMM)	Calculadas		Calculadas	
						e na RMBM	e no GMM	e na RMBM	e no GMM
2007	448.600	74.800	523.400	808 €	965 €	1.764	2.107	2.059	2.458
2008	427.100	69.400	496.500	846 €	1.010 €	1.758	2.099	2.044	2.441
2009	528.600	71.900	600.500	870 €	1.036 €	2.238	2.665	2.543	3.028
2010	602.600	73.900	676.500	900 €	1.076 €	2.639	3.155	2.962	3.542
2011	688.200	170.300	858.500	906 €	1.085 €	3.034	3.631	3.784	4.530
2012	835.700	229.000	1.064.700	915 €	1.096 €	3.720	4.454	4.740	5.675
2013	855.200	277.400	1.132.600	912 €	1.094 €	3.795	4.551	5.026	6.027
2014	726.000	273.300	999.300	946 €	1.122 €	3.341	3.963	4.599	5.455
SOMA						22.290	26.626	27.757	33.155

FONTE: INE e GEE do Ministério da Economia - NOTA: Em 2011, a metodologia para estimativa de "Inativos disponíveis" foi alterada

COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL
MEDIDA: Combate eficaz à evasão e fraude contributiva - Contribuições não declaradas e não pagas- Estimativa das receitas perdidas: em média 4200 Milhões€/ano

ANO	Ordenados salários Milhões €	Ordenados e salários que descontam para a CGA Milhões €	Ordenados e salários que descontam para a S. Social	Contribuições Potenciais para a Segurança Social Milhões €	Contribuições cobradas pela Segurança Social Milhões €	Contribuições não recebidas pela Segurança Social Milhões €
	1	2	3= (1) - (2)	4 = (3) *0,3475	5 (Dados da S. Social)	6= 5-4
2005	59.506,1	13.919	45.587	15.842	10.887	-4.955
2006	60.978,6	13.487	47.491	16.503	11.608	-4.895
2007	63.593,1	13.424	50.169	17.434	12.369	-5.065
2008	65.465,9	13.487	51.979	18.063	13.082	-4.981
2009	65.586,1	13.424	52.162	18.126	13.128	-4.998
2010	66.259,8	12.765	53.494	18.589	13.483	-5.106
2011	63.638,1	12.981	50.657	17.603	13.854	-3.749
2012	58.783,2	10.953	47.830	16.621	13.033	-3.588
2013	59.110,5	12.138	46.972	16.323	13.202	-3.121
2014	59.471,4	11.753	47.719	16.582	13.774	-2.808
2015	60.272,9	11.369	48.904	16.994	14.042	-2.952
SOMA	682.666	139.702	542.964	188.680	142.462	-46.218
MÉDIA ANUAL	62.061	12.700	49.360	17.153	12.951	-4.202

FONTE: Contas Nacionais - 2015- INE; Pareceres CGE 1999-2005 -T.Contas;Conta da Segurança Social 2012, Relatórios OE2012-2016-DGO_MF

A PARCELA DA RIQUEZA LIQUIDA CRIADA PELAS EMPRESAS QUE NÃO É SUJEITA A DESCONTOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL (88.958 milhões € em 2015) É JÁ SUPERIOR A QUE DESCONTA QUE SÃO OS SALÁRIOS (60.272,9 milhões € em 2015) Está-se a verificar a erosão da base contributiva para a Segurança Social devido ao aumento da desigualdade na distribuição do rendimento – É urgente alterar a base de cálculo das contribuições patronais alargando a toda a riqueza líquida criada pelas empresas

ANO	Produto Interno Líquido (PIL) Milhões € (1)	Ordenados e salários Milhões € (2)	Percentagem Ordenados e Salários do P.I.L.	Parte do P.I.L. não desconta para a Segurança Social Milhões € (3)=(1)-(2)
2005	132.756,7	59.506,1	44,8%	73.250,6
2006	139.207,3	60.978,6	43,8%	78.228,7
2007	147.223,7	63.593,1	43,2%	83.630,6
2008	148.966,1	65.465,9	43,9%	83.500,2
2009	145.350,1	65.586,1	45,1%	79.764,0
2010	148.964,5	66.259,8	44,5%	82.704,8
2011	144.737,7	63.638,1	44,0%	81.099,6
2012	137.846,4	58.783,2	42,6%	79.063,3
2013	140.385,1	59.110,5	42,1%	81.274,7
2014	143.621,9	59.471,4	41,4%	84.150,5
2015	149.231,1	60.272,9	40,4%	88.958,1
Var.05-15	12,4%	1,3%	-9,9%	21,4%
SOMA	1.578.291	682.666		895.625

FONTE: Contas Nacionais - INE

COMO REFORÇAR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL - MEDIDA: Alterar o cálculo das contribuições patronais para a Segurança Social que devia ser a totalidade da riqueza líquida criada anualmente pelas empresas: uma taxa contributiva média entre 7% e 8% sobre a totalidade da riqueza líquida criada pelas empresas daria mais receita que os 23,75% e teria a vantagem de ser mais equitativa na distribuição da carga contributiva e não ficaria dependente nem da repartição do rendimento nem do desemprego mas apenas da riqueza criada

ANO	Produto Interno Líquido (PIL) Milhões € (1)	Contribuições cobradas pela Segurança Social às empresas Milhões € (2)	Percentagem que contribuições cobradas às empresas representam do Produto Interno Líquido (3)= (2) : (1)
2005	132.756,7	7.441	5,6%
2006	139.207,3	7.934	5,7%
2007	147.223,7	8.454	5,7%
2008	148.966,1	8.941	6,0%
2009	145.350,1	8.972	6,2%
2010	148.964,5	9.215	6,2%
2011	144.737,7	9.469	6,5%
2012	137.846,4	8.907	6,5%
2013	140.385,1	9.023	6,4%
2014	143.621,9	9.414	6,6%
2015	149.231,1	9.597	6,4%
MÉDIA	143.481	8.851	6,2%

O ATUAL CALCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS PARA A SEGURANÇA SOCIAL CRIA CONCORRÊNCIA DESLEAL ENTRE AS EMPRESAS: as diferentes empresas estão a contribuir para a Segurança Social com uma percentagem diferente da riqueza líquida que criam -VAL- que varia entre 5,2% e 28% do VAL. É urgente acabar com esta injustiça

RAMO	VAL Milhões €	Ordenados e Salários Milhões €	Contribuições patronais (23,75% dos salários) Milhões €	Contribuições % do VAL
Indústrias alimentares das bebidas	2.288	1.160	276	12,0%
Indústria do tabaco	170	39	9	5,4%
Fabricação de têxteis	1.136	725	172	15,2%
Indústria do vestuário	995	845	201	20,2%
Indústria produtos couro	662	419	100	15,0%
Fabricação de pasta e papel, cartão	415	216	51	12,4%
Refinação coque, refinação e combustível	154	44	10	6,8%
Fab. Maquinas e equipamentos	945	656	156	16,5%
Produção e distribuição eletricidade e gás	2.235	489	116	5,2%
Construção	8.187	5.229	1.242	15,2%
Comercio por grosso	5.432	4.419	1.050	19,3%
Comercio a retalho	4.820	3.360	798	16,6%
Transportes terrestres	1.294	1.523	362	28,0%
Intermediação financeira (bancos)	7.105	2.414	573	8,1%
Seguros, fundos pensões, etc.	1.628	381	90	5,6%

FONTE: 2005- INE

OUTRAS FONTES POSSÍVEIS DE RECEITAS PARA A SEGURANÇA SOCIAL: impostos promovessem a criação de emprego e a capitalização das empresas e que penalizassem a especulação financeiras

- **UMA SOBRETAXA SOBRE LUCROS DISTRIBUÍDOS:** a distribuição de dividendos determina a descapitalização das empresas que estão altamente endividadas e reduz o investimento criador de emprego. Entre 2007 e 2015 os lucros distribuídos pelas sociedades em Portugal totalizaram 114.354 segundo o INE (42.887 milhões € foram transferidos para o estrangeiro segundo o Banco de Portugal, estando estes isentos do pagamento de imposto sobre dividendos), uma sobretaxa de 10% daria à Segurança Social uma receita adicional de 11.435 milhões € (em média, mais 1.270,6 milhões € ~~ano~~)
- **UMA SOBRETAXA SOBRE MAIS-VALIAS:** as mais-valias, incluindo as especulativas, estão sujeitas a uma taxa de IRS máxima de 28% , quando a taxa máxima que incide sobre os rendimentos de trabalho é 48% (promove-se a especulação e penaliza-se o trabalho), sendo a taxa inferior no caso do beneficiário ser uma empresa, que paga a taxa de IRC (21%). Entre 2017 e 2015, só os rendimentos de carteira transferidos para o estrangeiro totalizaram 57.098,7 milhões € ~~segundo~~ o Banco de Portugal. Uma sobretaxa sobre as mais-valias nomeadamente as especulativas daria uma receita adicional importante para a Segurança Social. Esta sobretaxa não tem nada a ver com a taxa sobre as transações financeiras que esta incide sobre a totalidade do capital transacionado, enquanto a que defendemos é sobre o rendimento

UM CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE ENTRE 0,23% E 0,49% POR ANO É SUFICIENTE PARA ANULAR A REGRESSÃO DEMOGRÁFICA (impacto do envelhecimento sobre a Segurança Social) EM PORTUGAL ATÉ 2060, segundo estudos do INE e da ONU

- Aumento necessário da produtividade para compensar a regressão demográfica da população de 25-64 anos em Portugal

ENTIDADE	Variação média anual da produtividade necessária	
	Até 2030	Até 2060
Estudo do INE (previsão)	0,23%	0,36%
Estudo da ONU (Previsão)	0,26%	0,49%

FONTE: Torturam os números que eles confessam - pág. 154 - Pedro Nogueira Ramos

A ALTERNATIVA AO REGIME ATUAL É O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO VIRTUAL OU OS FUNDOS DE PENSÕES PRIVADOS SEGUNDO OS DEFENSORES DA PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL: => pensão incerta que dependeria dos mercados financeiros (bolsa) e da rentabilidade fixada pelo governo, mas permitiria aos fundos de pensões privados obter elevados lucros à custa dos pensionistas

■ AS PROPOSTAS DE JORGE BRAVO/APFIPP E DOS ESPECIALISTAS CONVIDADOS PELO “EXPRESSO” E PELO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

- PILAR 1: Participação obrigatória, descontos sobre salários “plafonados”, contas individuais virtuais, cuja rentabilidade seria virtual fixada pelo Estado, e no fim da vida ativa a pensão seria calculada com base no capital virtual, já que os descontos seriam utilizados para pagar pensões aos reformados => pensão altamente incerta;
- PILAR 2: Participação obrigatória para todos os trabalhadores, financiado com descontos sobre os salários, seria um fundo de contribuições definidas e de capitalização real (depende da bolsa) gerido por seguradoras ou sociedades de fundos de pensões => pensão ainda mais incerta
- PILAR 3 : Regime complementar, de contribuição definida e capitalização real (bolsa) , com contas individuais, geridas por seguradoras ou sociedades de fundos de pensões => pensão incerta

■ As propostas de Margarida Aguiar, de Pereira da Silva e de Ribeiro Mendes (os outros “especialistas”) que analiso com mais detalhe no meu livro “COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL” são simples variantes ou cópias, algumas delas menos claras e estruturadas do que a proposta de Jorge Bravo